

# O BRASIL TEM DINHEIRO. FALTA COMBINAR QUEM CORTA.

"Ajuste fiscal." Tente dizer essa expressão para o trabalhador que paga cento e trinta reais no botijão e quase trezentos no rancho do mês. Ele vai concordar com a cabeça e mudar de assunto. Não porque seja desinformado: entende inflação, entende juro, entende por que a gasolina subiu, entende que Bolsa Família é conta no orçamento. O que ele não entende é o que se quer dizer com "ajuste fiscal", e a culpa não é dele. A expressão foi construída num andar fechado, e ele nunca foi convidado a subir.

Quase nenhuma palavra desse debate aparece numa conversa de boteco. Âncora, prêmio de risco, expectativas ancoradas, credibilidade da política monetária. Cada termo precisaria ser traduzido antes de ser discutido, e a tradução nunca chega. A Faria Lima conversa com a Faria Lima, Brasília responde quando lhe convém, e o brasileiro vai pagando a conta sem saber bem do que ela é feita.

Há uma ideia que vale resgatar antes que se perca no jargão: o Brasil não tem problema de dinheiro, tem problema de escolha. O que falta não é arrecadação, é um acordo entre os três Poderes em que cada um abra mão de alguma coisa. Executivo, Legislativo e Judiciário precisariam se sentar à mesa como uma família que gasta mais do que ganha. Numa família assim, ninguém aceita que só a criança fique sem material escolar enquanto o pai continua almoçando fora todo dia e a mãe trocando de carro. Cada um cede um pouco, a conta se distribui, e a casa se equilibra.

É isso que o Brasil nunca conseguiu fazer. O Executivo gasta sem critério. O Legislativo se autoatribui benefícios sob nomes diversos. O Judiciário criou um teto e foi abrindo exceções para si mesmo. Cada um aponta para o outro como se a culpa fosse só do vizinho, e quem paga pelos três é sempre o mesmo trabalhador, sob o argumento de que falta dinheiro.

Para que esse acordo aconteça, o povo precisa entender do que se trata. É aí que mora o trabalho que ninguém fez. O privilégio público brasileiro quase nunca aparece com o nome de salário. Aparece como auxílio, indenização, gratificação, verba de representação. Cada palavra dessas tira o item da comparação com o salário do trabalhador. Salário a gente compara com salário; auxílio parece necessidade, indenização parece reparação. No fim, é tudo dinheiro saindo do mesmo cofre.

O teto constitucional, que deveria funcionar como limite, foi sendo contornado até virar piso. Acima dele há rubricas espalhadas que ninguém soma, porque a soma nunca é apresentada. O privilégio não chega a ficar escondido; ele se dilui em tantas linhas que dificilmente alguém olha para o conjunto.

Traduzir esse idioma do andar de cima para a linguagem do povo não tem nada de populismo. É devolver ao trabalhador a possibilidade de comparar. Quanto pesa, em botijões de gás, aquilo que um beneficiário recebe acima do teto num mês? Quantos ranchos do mês cabem ali dentro? Quando o cidadão fizer essa conta — e ele só faz quando alguém a coloca na mão dele —, a pressão política aumenta. Sem ela, o acordo entre os Poderes segue prometido para depois.

O ajuste cobrado do povo já foi feito várias vezes: na inflação, no juro, no combustível caro, na taxa das blusinhas. O do andar de cima sempre fica para outro dia. O Brasil, no fundo, não precisa de mais um plano fiscal. Precisa que cada um na mesa coma um pouco menos, e que o povo comece a perguntar por quê.

- **Escassez fabricada:** O problema fiscal brasileiro não nasce da falta absoluta de dinheiro, mas da escolha política de preservar privilégios enquanto o custo recai sobre o trabalhador.
- **Debate distante:** O jargão econômico afasta o cidadão comum do debate e impede comparações simples entre o peso dos privilégios públicos e o orçamento real das famílias.
- **Sacrifício seletivo:** O ajuste cobrado do povo já aparece na inflação, nos juros, nos combustíveis e nos impostos, enquanto o corte no andar de cima permanece sempre adiado.

